



DOI: [10.30612/frh.v26i46/47/48.17947](https://doi.org/10.30612/frh.v26i46/47/48.17947)

Narrativas de ilhoas da Ilha Mutum, Porto Rico no Paraná: olhares sobre uma modernização seletiva (1965-2004)

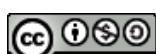
Narratives of the natives of Ilha Mutum, Porto Rico,
Paraná: Perspectives On Selective Modernization (1965 -
2004)

Narrativas de isleñas en Ilha Mutum, Porto Rico en
Paraná: miradas de una modernización selectiva (1965-
2004)

Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha
Mestre em História pela UNESPAR
denilton.historia@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0322-8695>

Frank Antonio Mezzomo
Doutorado em História Cultural pela UFSC
Programa de Pós-Graduação em História Pública e Programa
Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
frankmezzomo@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-0968-6777>

Eulália Maria Aparecida de Moraes
Doutora em História pela UFPR
Professora Associada da UNESPAR, campus de Paranavaí
Professora colaboradora do PPGHP UNESPAR, campus de Paranavaí
Professora efetiva do ProfHistória UNESPAR, campus de Paranavaí)
eulalia.moraes@unespar.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-5885-1022>



Resumo

O município de Porto Rico está situado no extremo noroeste do Estado do Paraná, às margens do rio Paraná, possuindo algumas ilhas, das quais destaca-se a Ilha Mutum. Nos últimos cinquenta anos, a ação antrópica, como atividades da pesca e leis governamentais, implicou na redução da população ribeirinha. Mediante a abordagem da história oral, e tomando por base as experiências de Sara e Cléa, filha e mãe e ex-moradoras da ilha, analisamos os efeitos de uma modernização seletiva na região. Vemos um jogo de relações e conflitos entre projetos de vida e o contexto social, no qual os indivíduos são envolvidos pela dinâmica socioeconômica, mas não passivos como objetos inertes. A análise desse passado recente, tomando por base as narrativas pessoais, permite compreender a geo-história a partir das vivências dos sujeitos, cuja população ribeirinha e insular sofreram drástica transformação.

Palavras-chave: Trajetórias; Ribeirinhos e Insulares; Paraná.

Abstract

The municipality of Porto Rico is located in the extreme Northwest of the state of Paraná, on the banks of the Paraná River. The area possesses multiple chains of small islands, of which Mutum Island stands out. In the last 50 years, man-made actions such as fishing and governmental legislation duties resulted in the decrease of the native Ribeirinho population. The analysis of the effects of a selective modernization in the region was conducted through oral history approach and based on Sara and Cléa's interviews, mother and daughter and former members of the island. It is noticeable the relations and conflicts between life projects and the social context, in which the individuals are involved by socioeconomic methods instead of being passive subjects in this process. The study of recent history through personal narratives allows geohistorical comprehension, of which both Ribeirinho and insular populations suffered severe transformation.

Keywords: Trajectories; Ribeirinhos and insular populations; Paraná.

Resumen

Porto Rico está ubicado en el extremo noroeste del Estado de Paraná, a orillas del río Paraná, con algunas islas, entre ellas Ilha Mutum. En los últimos cincuenta años, la acción antropogénica, como las actividades pesqueras y las leyes gubernamentales, han provocado una reducción de la población ribereña. Con un enfoque de historia oral y a partir de las experiencias de Sara y Cléa, hija y madre y antiguas residentes de la isla, analizamos los efectos de la modernización selectiva en la región. Vemos un juego de relaciones y conflictos entre los proyectos de vida y el contexto social, en el que los individuos están implicados en las dinámicas socioeconómicas, pero no pasivos como objetos inertes. El análisis de este pasado reciente, basado en narrativas personales, nos permite comprender la geohistoria a partir de las experiencias de los sujetos, cuyas poblaciones ribereñas e insulares han sufrido cambios drásticos.

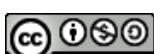
Palabras clave: Trayectorias; ribereños e isleños; Paraná.

As transformações socioambientais, decorrentes da barragem, marcaram um processo muito sofrido para o povo que foi obrigado a sair da ilha. Foram mudanças! Mas não foram passivas e sem sofrimento... na verdade, trouxeram muito sofrimento!
(Sara, 2022)

1. Adentrando ao rio

O tema da construção de barragens hidrelétricas e populações ribeirinhas é largamente desenvolvido pela literatura das ciências sociais (Medeiros; Bellini, 2001; Crispim, 2001; Campanharo, 2005), considerando principalmente o aumento exponencial dessa matriz energética no Brasil, vivido a partir das décadas de 1970 e 1980. Entre as abordagens, constam aquelas que problematizam as alterações dos ecossistemas e como as histórias do ambiente e dos seres humanos modificam os conhecimentos locais e as práticas socioeconômicas. Temos, assim, não somente uma mudança da paisagem, como, também, a transformação dos modos de vida e da dinâmica social, que podem ser sentidos em escala local ou regional, nacional ou internacional, a depender da dimensão e da localização espaço-temporal da edificação da obra de engenharia.

Nesse texto buscamos observar como o campo de possibilidades atravessa a trajetória dos indivíduos, alterando projetos e ressignificando práticas sociais. Procuramos entender, pelo viés da história oral e da biografia, como os sujeitos lidam com as mudanças que ocorreram regionalmente, promovidas por políticas que impulsionaram a construção de usinas de geração de energia em todo o território nacional. Os indivíduos, a partir de suas experiências de vida, contribuem para a compreensão desse contexto histórico, trazendo outras vivências que complexificam a narrativa sobre a história do presente. As personagens aqui apresentadas – Cléa e Sara –, mãe e filha, ajudam a entender as fissões entre os projetos de vida e os atravessamentos oriundos de uma sociedade complexa, marcada por interjeições políticas e sociais de um Brasil que vivia no início da década de 1980 os momentos finais de uma ditadura civil-militar. Em nossa abordagem, os indivíduos não são tidos

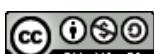


como fontes de pesquisa, mas como sujeitos da história. A entrevista foi realizada com as duas personagens na casa de Cléa, na localidade de Porto Rico em 2022.

Para nossa abordagem, utilizamos a história oral, compreendida como resultado de uma relação social entre sujeitos – entrevistador e entrevistado –, cujo produto é uma construção conjunta sobre a temática de interesse comum. Durante a entrevista, e uma vez estabelecido o diálogo, irrompem, no decorrer da narrativa, diferentes identidades em um espaço de subjetividade no qual são expressos os desafios da sua realização. Caracterizar a origem cooperativa da história oral e seu produto como a fundação de uma outra autoria é validar a atuação mútua entre o historiador e o seu público (Portelli, 2010; Thompson, 2012; Ferreira, 2016).

Igualmente, a perspectiva da trajetória dos personagens é apropriada para nossa discussão, pois busca redimensionar questões concernentes à escrita da história e às relações sociais. As condições de desigualdade entre os indivíduos, que limitam o campo de possibilidades e de escolhas, deixam margens de manobra. Através delas, sujeitos e sujeitas podem se movimentar socialmente e promover mudanças em seu meio, configurando o passado como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida (Avelar, 2010). O projeto de vida, aqui, é entendido como conduta organizada para atingir finalidades específicas. A viabilidade de suas realizações depende da interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidade. Dentro desta dinâmica, os projetos e as pessoas podem mudar, mudando, inclusive, através de seus projetos (Velho, 2003).

A história oral estabelece pontes entre o saber acadêmico e o não acadêmico. Isso faz surgir uma coprodução do saber histórico, negociando com as necessidades dos coletivos, promovendo um exercício de uma “autoridade compartilhada”. O trabalho de história oral, como prática de história pública, sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. As entrevistas, assim, contribuem para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico dialogado (Shopes, 2016; Almeida, 2016). Atuamos com indivíduos que transitam em diversos níveis socioculturais, frequentam múltiplos espaços da realidade e desenvolvem ações em contextos, situações e momentos diferenciados.



Não só participam como atores dessas conjunções variadas, mas, vivem nas suas próprias subjetividades as contradições e conflitos do mundo em que vivem, “são indivíduos complexos de sociedades complexas” (Velho, 2006, p. 7-8). É inserido nessas compreensões que procuramos entender as transformações e conflitos decorrentes da construção de uma hidrelétrica no município de Porto Rico, noroeste do Paraná, a partir das trajetórias de Cléa e Sara.

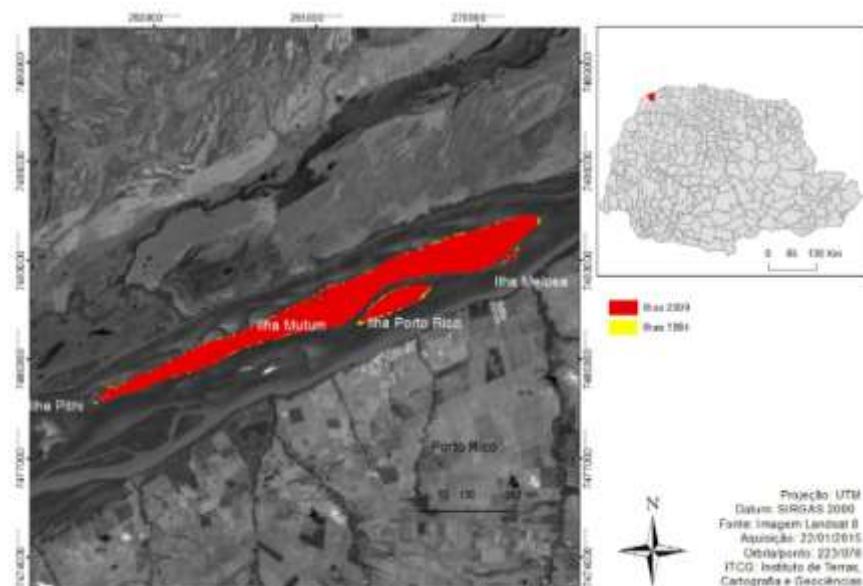
2. Navegando com as personagens Sara e Cléa

Cléa nasceu em 1939, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Quando veio ao Paraná, residiu em Maringá com a família. Trabalhava em serviços domésticos para ajudar na renda familiar. De Maringá foi para Campo Mourão, onde se casou com Otávio Pereira Cândido, na década de 1950. De Campo Mourão, Cléa foi para Porto Rico, cuja mudança ocorreu pela iniciativa de seu pai, Manoel Eugenio Carlos, que trabalhava no campo. Cléa e seus familiares tomaram conhecimento de Porto Rico ainda na década de 1950. Amigos da família trabalhavam com transporte de cargas, buscando mantimentos em Porto Rico e levando até Campo Mourão, onde moravam. Eles pescavam no rio Paraná e comentavam sobre a fartura que encontravam, o que gerou interesse para que a família de Cléa se mudasse. Embora, em 1950, as companhias de venda de terras no Estado do Paraná já utilizassem meios escritos e imagéticos para divulgação do processo de colonização, a exemplo das panfletagens (Santos; Molina, 2007), nossos personagens tomaram conhecimento por propaganda realizada pelas pessoas que tinham acesso à cidade e disseminavam os comentários. Em 1960 se mudaram para Porto Rico e, em 1962, se estabeleceram na Ilha Mutum, onde residiram por cerca de 20 anos.

Localizado no noroeste do Paraná, Porto Rico fica às margens do rio Paraná e tem como limites os municípios de Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Loanda e Santa Cruz de Monte Castelo. Na outra margem do rio faz divisa com Bataiporã, no Mato Grosso do Sul. O município de Porto Rico foi emancipado de Loanda em 1963 e, conforme Censo do IBGE de 2022, conta com 3.182 habitantes. A ocupação mais intensa do local se deu ainda no início da década de 1950, quando a

empresa José Ebiner e Cia. promoveu a migração de pessoas para trabalhar no plantio de café nas terras férteis e clima propício para essa cultura agrícola (Sá, 2021; IBGE, 2023). Contava, ainda nessa época, com pequenas praias permanentes, que são acessíveis durante o ano inteiro, e temporárias, que são formadas durante o período de veraneio. É também composto por 16 ilhas¹, entre as quais a Mutum, a 800 metros da margem. Ela se destaca pelo seu tamanho: 14,6 quilômetros de extensão e área de aproximadamente 13 hectares².

Figura 1: Localização de Porto Rico e da Ilha Mutum



Fonte: Biffi e Souza Filho (2016, adaptado)

Cléa relata as dificuldades enfrentadas ao chegarem em Porto Rico, pois não havia “emprego. Era tudo difícil aqui. Meu esposo teve de trabalhar cavando poço, fazendo cerca de pasto, pois eram esses os serviços que tinha aqui” (Cândido; Pereira, 2022). Da mesma forma, ao chegarem na ilha Mutum, outras dificuldades os

¹ Apesar de não ser consenso entre instituições ambientais, utilizamos as informações do pesquisador Tavares de Sá (2021), que estabelece que o município de Porto Rico é constituído pelas seguintes ilhas: Boa Vista, Coutinho, Japonesa, Floresta, Bandeira, Pombas, Defunto, Carioca, do Paeu, Santa Rosa, Silvia, Cajá, Mandaguari, das Vacas, Porto Rico e Mutum.

² Segundo Biffi e Souza Filho (2016), entre 1985 e 2010, o arquipélago perdeu aproximadamente 104 hectares, a uma taxa de 4,2 hectares/ano, valor muito superior ao que os autores investigaram no intervalo entre 1985 e 2009. Portanto, no intervalo de 24 anos, os processos erosivos foram predominantes sobre os deposicionais. Possivelmente, foram essas cheias de maior porte as responsáveis pelo aumento da taxa de diminuição do arquipélago e pela alteração da distribuição das linhas de fluxo do rio.

aguardavam: não possuíam barco, o que os tornavam dependentes dos vizinhos para qualquer necessidade de acesso à terra firme, a exemplo de fazer compras ou ir ao médico – caso contrário, tinham que fazer a navegação com barco a remo.

No ano de 1966, Cléa passou a atuar como professora na escola municipal que funcionava na ilha, cujas turmas eram compostas pelos filhos dos moradores. Considerava-se professora inexperiente e com pouco conhecimento, afinal tinha somente o segundo ano escolar do primário. Posteriormente, cursou o fundamental II e depois o magistério, concluindo a Educação Básica na década de 1970. Sua formação ocorreu enquanto morava na ilha, de modo que realizava o trânsito diário para a cidade. Cléa atuou como professora por 27 anos na Escola Euclides da Cunha, instalada na ilha e ministrou aulas para turmas com 35 a 40 alunos, em salas multisseriadas de 1^a a 4^a série. Atuar na escola era desafiador, pois os recursos eram escassos. Em determinados períodos, Cléa fazia a merenda para os alunos na sua casa, “um panelão de sopa”, além de, muitas vezes, ser a responsável pela limpeza da escola (Cândido; Pereira, 2022). Na figura 2, da década de 1970, identificamos Cléa, terceira da esquerda para a direita, com os seus alunos no pátio da Escola Euclides da Cunha. Ao fundo da imagem é possível observar o rio Paraná.

Figura 2: Cléa com seus alunos na Escola Euclides da Cunha, Ilha Mutum



Fonte: Dado da pesquisa (2022).

Sara, filha do meio de Cléa, nasceu em 3 de janeiro de 1968, em Porto Rico. Fez Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e atualmente está aposentada. Atuou três anos como professora na rede de ensino municipal e um ano na rede de ensino estadual. Nasceu quando a família morava na Ilha Mutum e lá

permaneceu até os 14 anos de idade. Cursou as séries iniciais na ilha, onde sua mãe trabalhava como professora. Já o Ensino Fundamental II foi em Porto Rico, fazendo o percurso diariamente entre a ilha e a cidade. Nesse período, era desejo do pai, Otávio, que todos os filhos estudassem, daí ter um barco era um sonho acalentado pela absoluta necessidade para completar os estudos iniciais.

Sem o apoio do Estado ou da prefeitura municipal, a família do/a estudante deveria providenciar um batelão³, o operador e o combustível para fazer o traslado diariamente. E desta forma seguiu-se o cotidiano para acessar o conhecimento escolar até o nono ano do Ensino Fundamental, contexto no qual mudaram-se para a cidade em decorrência das transformações que vieram a partir das enchentes do rio. No Ensino Médio, Sara cursou magistério, opção que marcaria sua trajetória profissional.

As narrativas das nossas sujeitas devem ganhar destaque, pois as tornam protagonistas da história e as situações singulares assumem a intensidade de pontos de vista pelas quais explicam os funcionamentos sociais globais (Levi, 2016). Não basta apenas falar de alguém para incluí-lo na história, a questão principal é como falamos e em quais circunstâncias são inseridas na narrativa. Buscar a “vivacidade” do passado é destrinchar o espaço onde falam fortes as memórias dos personagens. Com isso, a narrativa inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer, mas a de suas lembranças (Alberti, 2004; Sarlo, 2007).

3. Do campo em terra firme à lavoura na ilha Mutum

O noroeste do Paraná, na década de 1960, era considerado uma das regiões de produção agrícola mais importantes do Estado, contribuindo com 8% da produção nacional de algodão, aumentando para 20,1% em 1970 (Sá, 2021). Os contratos de parceria ou arrendamento entre fazendeiros e arrendatários previam a entrega da terra, ao final do acordo, com pastagem formada. Porto Rico, como outras regiões

³ Batelão é uma embarcação de fundo chato, com pequeno calado próprio para operação próxima às margens e em águas rasas de rios, lagos e lagoas, equipada com motor de propulsão ou não, utilizada para transporte de materiais provenientes de dragagem.

do Paraná, passou nesse período pelo processo de concentração fundiária, marcando o desenvolvimento da pecuária, o que, “consequentemente, acabou expulsando da terra, os pequenos proprietários, os parceiros, os arrendatários, os posseiros, e com eles a maior parte dos trabalhadores rurais” (Sá, 2021, p. 83).

O Paraná, desde a sua emancipação como estado no século XIX, esteve inserido numa dinâmica agroexportadora e vários fatores contribuíram para que suas características econômicas assumissem outro formato a partir dos anos 1960, a exemplo de seu aumento populacional. A população cresceu rapidamente, principalmente, pelo desenvolvimento da cafeicultura, favorecendo o avanço da industrialização. Contudo, o aumento demográfico não significou um rápido desenvolvimento da urbanização, pois a maioria das pessoas se direcionou para o meio rural – o campo. No final da década de 1960 mais de um terço das exportações do Brasil era a produção cafeeira, mas, com a implantação, por parte do governo federal, de uma política de erradicação do café, significativa parcela da mão-de-obra que trabalhava nas fazendas no norte e noroeste do Estado ficou desocupada. Somado a este quadro, a “geada negra”⁴, de 1975, foi o golpe de misericórdia: encerrou-se um ciclo (Bonini, 2008; Rompatto, 2018; Canieli; Motta, 2011).

Seguiu-se ao fenômeno acima uma modernização conservadora da agricultura, com a utilização, em larga escala, de máquinas e insumos, além da concentração da posse da terra e um consequente êxodo rural em busca por sobrevivência nas cidades. A agroindústria modernizou a agricultura, eliminou pequenos proprietários e diminuiu o uso de mão-de-obra: o Paraná passou de receptor de migrantes, dos anos 1940 a 1960, para “expulsor” da população, em especial a partir do final da década de 1970. A modernização e a interferência na organização do espaço e da produção econômica reverberaram na cultura e mentalidade da população. O norte do Paraná vivenciou, também, a ocupação das ilhas do rio Paraná, onde as pessoas passaram a atuar como pescadores, pequenos

⁴ A Geada Negra, como ficou conhecida, ocorreu em 18 de julho de 1975 e alterou em definitivo a economia, a geografia e a cultura do Paraná, ao dizimar as lavouras cafeeiras. Estima-se que 850 milhões de pés de café foram reduzidos a zero, no estado que era maior produtor do Brasil. Essa geada é considerada um marco histórico, com a estagnação social das regiões fora do eixo Londrina-Maringá e a divisão entre a velha e a nova cafeicultura implantada por meio de um novo modelo tecnológico (Martins, 2016).

agricultores e trabalhadores volantes (Sá, 2021; Oliveira, 2017; Niehues, 2014; Mezzomo, 2002; 2009).

A família de Sara e Cléa vivenciou esse movimento populacional, mudando para a Ilha Mutum em 1962, passando a residir como locatária em uma terra cujo proprietário havia cedido um espaço para a construção da escola. Depois de algum tempo a família comprou a posse da terra. A roça em que trabalhavam distava 1 km, em torno de uma hora, considerando as irregularidades do terreno na ilha, de onde moravam e ficava nas proximidades da escola. Inicialmente, o consumo de água da família era direto do rio, afinal não se tinha acesso a saneamento básico. A água do rio Paraná era utilizada para uso doméstico, lavar e cozinhar. Na escola, somente mais tarde se adquiriu um filtro d'água, “daqueles filtros de barro que no interior têm pedras de purificação”. Já a energia elétrica não chegou tão cedo, somente em 2008, quando a família de Cléa já não estava na ilha. A velha lamparina a óleo diesel era utilizada, em geral fixada nos espaços de uso comum, como a sala e a cozinha. Lembra a matriarca que as paredes onde estava a lamparina ficavam escurecidas em razão da emissão de fuligem, emitida pela queima de óleo.

Na geada de 1975, a família de Sara e Cléa vivia na Ilha Mutum. Apesar de estarem acostumados às geadas, esta foi mais intensa que as anteriores. Queimou toda a plantação, principalmente o feijão, já que o inverno era marcado pela cultura dessa leguminosa. Quando elas ocorriam, a cultura do feijão era a primeira a ser atingida, porque seu plantio era feito na baixada da ilha, onde, durante parte do ano, ficava seco e em outro período era atingido pelas águas. Quando o rio baixava, esses espaços permaneciam úmidos por um tempo, permitindo o plantio da lavoura. Enfrentar as geadas não era fácil e raramente sobrava algo para se manterem. Depois de queimada pela geada, restava aos lavradores cortar e plantar a lavoura novamente. Nesses momentos de dificuldade e maior carência, era do rio que se tirava o sustento para a família. A pesca não era atingida pelo frio, embora o volume de peixes fosse menor e a lida mais penosa.

O costume entre os moradores da comunidade na ilha era o seguinte: as famílias circunvizinhas criavam porcos, mas não se matava as criações em uma mesma época. Um pai abatia um suíno em uma semana e o outro o fazia na semana

vindoura. Por não haver geladeira, e mantendo um vínculo familiar, a carne era dividida entre as famílias do começo até o final da ilha, ou seja, a carne era distribuída para todas as famílias (Cândido; Pereira, 2022). Inclusive, contam as entrevistadas, havia um senhor na comunidade que possuía um engenho de rapadura. Ele produzia rapadura e melado, atuando dentro da mesma cultura e compartilhando com a vizinhança parte da produção. Os filhos da vizinhança eram chamados para raspar o tacho, uma doce diversão para as crianças. Da mesma maneira ocorria com a colheita de arroz, feijão e milho. Se um ilhéu estivesse com dificuldades nas suas atividades, os vizinhos ajudavam com a mão-de-obra. Dessa forma, viviam numa cultura de ajudar uns aos outros, a ajuda mútua. Esses vínculos de confiança e proximidade definham quando se mudaram para a cidade.

Para uma família insulana, a pesca profissional ou artesanal⁵ era a principal atividade comercial, permitindo uma renda familiar com a venda dos peixes, enquanto que, com as plantações, buscavam garantir a sua subsistência quando estas produziam. Sara comentou que o seu pai “colhia entre 60 e 70 sacos de arroz, armazenava 20 para passar o ano e aquele excedente produzido era vendido. As famílias da ilha faziam isso, mas somente uma única vez ao ano” (Cândido; Pereira, 2022). Com o dinheiro do excedente das plantações, Cléa salienta que era possível comprar roupas, calçados e mantimentos. Galinha, arroz, feijão, milho e mandioca eram providos pelos ilhéus. Já o açúcar, café e querosene ou óleo diesel, “que usávamos na lamparina, dependia de ter dinheiro para comprar. Através da pesca fazíamos isso. Quando vendíamos uma boa quantia de arroz ou de feijão, comprávamos roupas e calçados para todo mundo” (Cândido; Pereira, 2022).

A partir desses apontamentos, podemos compreender que os indivíduos são envolvidos pela vida socioeconômica, mas não são passivos como objetos inertes. Não são simples produtos, consequências, mas seres que atuam através de sua ação social e suas biografias reinterpretam e transformam as instituições sociais. As sociedades contemporâneas são constituídas e caracterizadas por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados, com códigos e

⁵ O Ministério da Pesca e Aquicultura classifica a pesca no Brasil em três categorias: amadora, artesanal e industrial. Para mais informações, consultar: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/pesca/pesca-no-brasil>.

lógicas específicas que provocam tensão e conflito, reforçando mais uma característica da complexidade (Velho, 2003; 2006). Essas tensões e conflitos estão presentes nas trajetórias de Sara e Cléa.

4. As águas de evolução: modernização seletiva e excludente

A Usina Hidrelétrica Porto Primavera Engenheiro Sérgio Motta, daqui em diante denominada UHE Porto Primavera, está instalada no rio Paraná, em Porto Primavera, distrito do município de Rosana, São Paulo. Construída pela Companhia Energética de São Paulo (CESP)⁶, a UHE Porto Primavera, que capta água de uma área de 574.000 Km², inundou cerca de 2.250 km², ou 225 mil hectares. Aumentou em nove vezes o leito do rio para produzir na potência máxima de 1.540 megawatts, por meio de 14 turbinas com um desnível de 18,95 m². O seu lago tem sete vezes o tamanho da baía de Guanabara e 25 mil hectares a mais que o lago de Itaipu, embora gere sete vezes menos energia que esta usina (Ferreira; et al, 2021).

A barragem da UHE Porto Primavera, com extensão de 10,2 km de comprimento é uma das mais extensas do Brasil e conta com um reservatório suficiente para abastecer uma metrópole. Sua construção se deu governo no Paulo Maluf (1979-1982), em São Paulo, quando não se exigia licenciamento ambiental. Todavia, a primeira etapa do enchimento do reservatório só foi concluída em dezembro de 1998, e a segunda em março de 2001. Em outubro de 2003, entrou em operação a unidade geradora 14, totalizando 1.540 MW de potência instalada.

No final dos anos 1960, o setor elétrico brasileiro apresentou um período de crescimento, passando, vinte anos depois, por um contexto de certa instabilidade econômica e financeira. A instabilidade do setor se deveu à desestruturação do financiamento que era direcionado para o setor elétrico, agravado pela crise do petróleo e altos juros. Além disso, ampliaram-se os movimentos ambientalistas e o setor passou a ser obrigado a realizar Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de

⁶ Pelo decreto n. 81.689, de maio de 1978, foi outorgado à Companhia Energética de São Paulo (CESP) a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de trechos dos rios Paraná e Paranapanema, localizado entre São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D81689.htm. Acesso em: 15 dez. 2024.

Impactos Ambientais (EIA/RIMA). Nesse cenário, as usinas continuaram a serem instaladas, em nome do progresso e do avanço econômico, sem considerar efetivamente os impactos que causariam a médio e longo prazo.

O Brasil possui grande recurso natural de água e potencial para a instalação de usinas hidrelétricas. Porém, obras como essa, e outras, foram executadas com poucos estudos que avaliassem o impacto ambiental e social. Na construção da UHE Porto Primavera o poder capitalista da empreiteira e a conivência dos governos estadual e federal resultou na regularização da obra. Os estudos sobre as consequências ambientais foram realizados somente em 1992 e, mesmo sem a licença do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a UHE entrou em operação. A instalação de empreendimentos como as usinas hidrelétricas, apesar de mostradas como exemplos efetivos de progresso, traz um legado de retrocessos e impactos negativos no cotidiano de ilhéus e ribeirinhos, bem como do desenvolvimento local e regional.

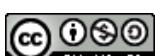
No final da década de 1970, as manifestações contrárias à instalação da usina foram menos efetivas, possivelmente por não se ter conhecimento dos efeitos da obra. Destaca-se também a forte influência política do governo civil-militar que impulsionava a industrialização com os Planos Nacionais de Desenvolvimento. O investimento no setor energético brasileiro era condição para tal crescimento, além de aguçar o lobby dos empreendedores. Os complexos hidrelétricos buscavam fornecer infraestrutura para as necessidades do crescimento urbano-industrial e, como consequência, contribuir para a transformação do espaço e do ambiente.

Os efeitos socioeconômicos para os moradores das áreas atingidas pelas construções, como a perda das suas tradições culturais, foram discursivamente minimizados. O crescimento econômico justificava a negligência diante das obras de infraestrutura. Com o processo de redemocratização do país no início da década de 1980, movimentos sociais, como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), começaram a impor resistência à implantação de novas hidrelétricas e suas barragens à revelia de políticas públicas compensatórias. A UHE Porto Primavera foi um empreendimento de alto

custo e longo período de construção, tendo somado um investimento de 12 bilhões de reais ao longo de vinte anos (Mezzomo, 2009; Heinzmann, 2022).

A implantação da UHE Porto Primavera ocasionou diversos impactos como a supressão de ecossistemas, a perda de patrimônios históricos e arqueológicos, a desestruturação de setores sociais e econômicos, além de atingir populações que habitavam a região. A expansão das fronteiras econômicas capitalistas obrigou as comunidades tradicionais ribeirinhas a se mudarem para as cidades. Lá, os lavradores não possuíam muitas opções, já que a realidade em que estavam inseridos correspondia à uma deformidade na distribuição da terra que afetava a produtividade econômica. As pequenas propriedades eram insuficientes, não oferecendo condições adequadas de vida, enquanto as grandes propriedades encontravam-se apenas parcialmente exploradas, reservando-se para uma política distorcida de especulação imobiliária (Ferreira, 2021; Sá, 2021; Reis, 2010). Diante desse processo, podemos observar que as trajetórias de pessoas “comuns” concentram características de um grupo, ou de uma sociedade, mostrando aquilo que é estrutural e estritamente próprio de um determinado conjunto de pessoas (Alberti, 2004; Velho, 2006).

Se antes do represamento da água para a construção da UHE Porto Primavera, quando ocorriam enchentes, a maioria dos moradores da Ilha Mutum não precisava deixar suas casas, os anos que se seguiram à construção da barragem foram de tentativas de adaptação a uma nova realidade. A comunidade costumava colocar assoalhos mais altos para, assim, evitar ser atingida pelas águas. A família de Sara e Cléa morava próximo ao quintal da escola, onde Cléa lecionava. Quando a enchente era muito intensa, as águas invadiam a casa e por isso buscavam refúgio no espaço escolar. Lá, chegaram a passar cheias por mais de dois meses. Enquanto o pai, Otávio, ia à pesca, a família ficava abrigada na escola. Para enfrentar as enchentes a família buscava alternativas de proteger as criações: o chiqueiro era erguido repetidamente até onde a água não alcançava; as galinhas ficavam nas árvores, onde eram feitas peneiras (um entrelaçamento fino de arames), o que permitia que fossem alimentadas. Quando o rio baixava, as galinhas desciam com dificuldades para andar, por conta do extenso período em que estiveram nas árvores. Apesar dessas soluções, muitas criações eram perdidas durante a enchente.



Na entrevista, filha e mãe expressaram o sofrimento com as enchentes promovidas pelo aumento da vazão do rio, provocado logo após a construção da barragem da UHE Porto Primavera, em 1982. Em função desses percalços, a família deixou a ilha e ficou alojada três meses nos vestiários do estádio municipal. Lá ficavam longe do seu cotidiano, da sua casa e, além disso, imaginando que suas posses e lavouras haviam se perdido, como as de arroz, milho e feijão. Com o aumento da vazão na barragem, crescia junto, rapidamente, o volume de água do rio, de modo que, dentro de dois a três dias, a lavoura estava tomada pelas águas e toda a plantação submergia. Ao amanhecer, os ilhéus podiam observar os pés de arroz cobertos pela água e, mesmo assim, tentavam mergulhar para cortar algum cacho do cereal para prover a família. Às vezes, o arroz era levado para secar do outro lado do rio, em terra firme. A família de Sara e Cléa não se adaptou à nova dinâmica que o rio assumia e, na enchente que ocorreu no ano seguinte, em 1983, migraram novamente para a cidade de Porto Rico. Em 1982 e 1983 a escola municipal foi utilizada como residência provisória até que as águas baixassem. Na figura 3 estão Sara e Cléa com seus familiares.

Figura 3: Residência provisória na escola municipal, na Ilha Mutum (enchentes de 1983)



Fonte: Dado da pesquisa (2022).

As enchentes de 1982 e 1983 contribuíram para a expulsão dos moradores para fora da ilha. A família de Sara e Cléa estava entre os que tiveram de sair de suas residências. Compraram um terreno na cidade e nele começaram a construir sua casa enquanto moravam de aluguel. Com o tempo, Otávio e os filhos, por meio da pesca,

construíram uma casa mais aconchegante, onde residem atualmente. Essa não foi a sorte de outros tantos ilhéus, cujo destino foi a migração para outras regiões do país ou como arrendatários em sítios e fazendas nas proximidades de Porto Rico.

A região não tinha capacidade para absorver a mão-de-obra excedente, já que estava voltada para a agropecuária e para a nova dinâmica de especulação imobiliária (Sá, 2021). Outra mudança que interferiu no cotidiano dos ribeirinhos veio a partir de 1983. As várzeas e ilhas foram ocupadas pelos fazendeiros para a manutenção do gado durante os meses de seca, momento que as pastagens eram insuficientes. Somado a isso, a operação da UHE Porto Primavera, a partir 1998, ocasionou outras drásticas alterações na dinâmica do rio Paraná, interferindo em diversos processos ecológicos. Estes aspectos promoveram desafios para os pescadores artesanais e demais grupos afetados pelo empreendimento capitalista (Silva; Bellini, 2008).

Para justificar a construção da barragem da futura UHE Porto Primavera, os ilhéus começaram a ser proibidos de cultivarem na ilha. A alegação era de que eles estavam degradando a margem do rio. Entretanto, Sara e Cléa afirmam que quem estava destruindo a ilha não era o ilhéu, mas, sim, o latifundiário que começou a colocar gado na ilha. A pecuária traz danos e impactos para as nascentes dos cursos d'água e para mata ciliar, com o caminhamento do gado para dessedentação e compactação pelo pisoteio (Zanzarini; Rosolen, 2007).

Como consequência da construção da barragem e da transposição do gado para a ilha, os ilhéus foram pressionados a desocupar aquele espaço de existência. Uma intensa pressão teve início por parte do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), do IBAMA e das leis ambientais atreladas aos órgãos políticos do município. Sara conta que com a retirada dos ilhéus e do gado da ilha, os municípios de Rosana, São Paulo, até Querência do Norte, Paraná, foram beneficiados com ICMS ecológico (Volpato, 2008; Oliveira; *et al*, 2018). A construção da barragem parece ter interessado ao Estado, aos investidores e ao município com a compensação financeira do ICMS ecológico, que deveria ser revertido em políticas para o meio ambiente.

A expulsão dos ilhéus fez com que parte deles se mudassem para outras regiões, como sudeste e nordeste do Brasil⁷. Foram também para o Pará, que na época estava sendo “desbravado” e com a fama de terra barata. Outra parte da comunidade ficou em Porto Rico, a exemplo da família de Sara e Cléa. Otávio continuou pescando e a família sobrevivendo da pesca. Nesse período do começo da década de 1980, parte dos ilhéus continuou com a atividade da pesca, enquanto o restante da família passou a atuar como trabalhador volante na lavoura de café ou de algodão.

O município de Porto Rico passou por uma fase de expansão do turismo e da especulação imobiliária com a construção de condomínios de alto padrão às margens do rio, nas belas praias de água doce do local. O emprego de serviços domésticos cresceu, de modo que as meninas que não iam para a roça eram direcionadas para esse setor. As condições de emprego para os pescadores e lavradores que estiveram na ilha não mudaram. O serviço permaneceu braçal, na construção civil, dentro dos condomínios e das casas ostentosas. De acordo com Cléa, a “evolução” precisa ser analisada calmamente e deve-se levar em consideração as pessoas que foram afetadas por ela. Continua Cléa dizendo que antes “tinha paz, tinha tranquilidade, tinha amizade, mas isso permanece na nossa cidade até hoje? Não posso dizer” (Cândido; Pereira, 2022).

Com o cenário analisado, é possível entender que socialmente ocorreu uma transformação seletiva, conforme avalia Sara:

É uma evolução seletiva. Essa evolução seletiva não vai parar por aí. Ela é para todo mundo? Quem pode ter uma casa bonitona, uma lanchona? Quem pode fazer balbúrdia na praia no feriado? O nativo mesmo, o filho de Porto Rico, no feriado ele está dentro dos condomínios trabalhando para os ricos de fora (Cândido; Pereira, 2022).

⁷ Em levantamento feito por Tavares de Sá (2021), em 1970 Porto Rico contava com 6.192 habitantes, sendo 1.025 residentes na zona urbana e 5.167 na zona rural. Em 1980, dos 5.341 habitantes, 1.181 residiam na zona urbana e 4.160 na zona rural. Em 1991, dos 3.211 habitantes, 1.495 residiam na zona urbana e 1.716 na zona rural. Em 1996, dos 2.714 habitantes, 1.490 residiam na zona urbana e 1.224 na zona rural. Esse levantamento demonstra a diminuição do número total de habitantes entre 1970 e 1996 e um processo migratório do campo para a cidade, evidenciando um êxodo rural.

Quando os fazendeiros começaram a interferir no funcionamento da ilha com a inserção de gado, juntamente com as consequências socioambientais da UHE Porto Primavera, quem sofreu as consequências destas alterações no estilo de vida foram as pessoas que habitavam na ilha.

Fora da ilha, os chefes de família que sobreviviam da pesca também foram afetados pelo assoreamento dos rios promovido pela interferência da represa. Com a saída forçada da ilha e a diminuição do peixe, os antigos insulanos ficaram sem uma função social. A respeito das transformações ocorridas na região, ao longo das décadas que se seguiram ao nosso marco inicial (1960), é importante ouvir e entender a antiga população nativa – a parte mais afetada pelas mudanças. Os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar impuseram grandes consequências socioambientais e o propalado progresso cobrou o seu preço:

Nós pagamos! Minha família e a família de muitos pagaram por isso. A família daqueles que colocaram a mala no caminhão e foram para o lado do Pará! Foi um processo muito sofrido para aquele povo que foi obrigado a sair dali. Foram mudanças, mas não foram mudanças passivas e sem sofrimento. Trouxe muito sofrimento! E os frutos dessa mudança estão no Brasil inteiro, pois no Brasil inteiro tem ilhéus esparramados, saídos daqui. Alguns levaram a sorte de sobreviver, igual a minha família, conseguimos sobreviver graças a Deus. A mãe continuou trabalhando, o pai continuou trabalhando, porque o pai sempre teve interesse em que a gente estudasse e a mãe também, então a gente conseguiu se virar, conseguiu pelo menos fazer uma faculdade e ter um emprego. Mas, muita gente não teve essa sorte! (Cândido; Pereira, 2022).

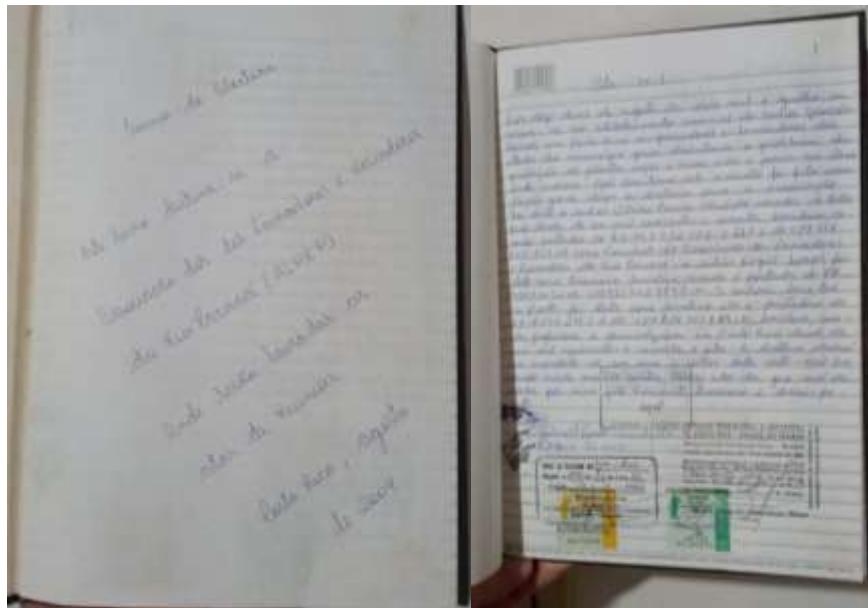
Para as comunidades ribeirinhas do rio Paraná, que tradicionalmente viviam dos recursos naturais, o ambiente representa o meio essencial para a sua sobrevivência. A qualidade de vida das populações residentes nas ilhas foi afetada pela ocorrência das intensas enchentes devido à operação da UHE Porto Primavera, pela pecuária extensiva no interior das ilhas, praticada por fazendeiros da região e, sobretudo, pela criação de Unidades de Conservação (UCs) em seus territórios (Silva; Belini, 2008; Reis, 2010). Com a lei ambiental n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, os ilhéus tiveram que sair da ilha. A família de Sara e Cléa já tinha o costume de ir ao outro lado

da margem, embora muitas crianças ilhoas passavam tempos sem irem à terra firme e, abruptamente, tiveram que sair daquele ambiente onde viviam.

A maior dificuldade, portanto, foi deixar aquele ambiente de uma vida inteira por conta de um ordenamento exógeno. Muitos ilhéus não tinham para onde ir, pois não foram acolhidos pelo poder público: “se na época tivessem tirado todo mundo da ilha e tivessem colocado o povo em algum assentamento”, afirmou Sara, “ia mudar o ambiente, mas a prática cultural ia ser a mesma”. A vila rural em Porto Rico é mais recente que o período comentado, quando os ilhéus já estavam espalhados no município. “Os que sobraram e estão aí são os resistentes, são o mesmo grupo do meu pai, que ficou, que levou toda a pressão e quando eles iam ser presos, saíram e ficaram aqui pela cidade” (Cândido; Pereira, 2022). As comunidades ribeirinhas enfrentaram problemas ambientais como desmatamento, poluição e turismo desordenado, que modificam suas vidas definitivamente.

Nas décadas de 1990 e 2000 houve muita pressão sobre os ilhéus. Alguns tiverem as portas de sua casa e objetos particulares quebrados, tanto que quando avistavam o barco dos fiscais ambientais escondiam-se para não sofrer fisicamente. Tiveram que sair em colaboração, sem reclamar. Aqueles que faziam cumprir a lei iam preparados e o ilhéu, nesse momento, não tinha conhecimento dos seus direitos, muito menos quem o amparasse. No início da década de 2000, Otávio, com ajuda do jornalista Fábio Cavazotti, idealizador do documentário *Ilha Mutum: a história dos pescadores sem rio* disponível no YouTube, montou uma associação para começar a estudar, entender e divulgar as leis que poderiam ser utilizadas para defender os interesses dos ilhéus, ribeirinhos e lavradores das ilhas de Porto Rico.

Figura 4: Ata de fundação da Associação dos Lavradores e Pescadores do Rio Paraná (ALPRP), agosto de 2004



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Apesar do esforço da comunidade em impedir as investidas do “progresso”, consideravam que já não havia muito mais a ser feito: a comunidade estava dispersa e a pressão continuava. Os ilhéus e ribeirinhos do rio Paraná, atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental das Várzeas e Ilhas do Rio Paraná, organizaram-se em diferentes movimentos sociais, tais como a Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental do Rio Paraná (APIG), o Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná (MOIRPA), a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de núcleos de base da APIG, associações comunitárias e outras formas de organização locais específicas. Com conhecimento de seus direitos, as pessoas da comunidade que permaneceram nas proximidades de Porto Rico passaram a realizar reuniões nas bases e cursos de formação com as lideranças (Souza, 2021).

No transcorrer da entrevista, Sara e Cléa (2022) fizeram diversos apontamentos sobre as mudanças vivenciadas. A roça acabou: na ilha foi proibido o plantio, então ninguém mais tinha plantação. Na cidade os barcos atracados são outros modelos. Os meios de comunicação também mudaram: a telefonia demorou muito para chegar; o que existia era um posto telefônico para toda a comunidade. Não havia ônibus: o transporte era feito através de jipe. Com a construção da

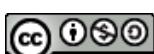
barragem para a UHE Porto Primavera, começaram mudanças que alteraram profundamente a dinâmica da vida das famílias insulares e ribeirinhas, assim como da sociedade como um todo. Para ela, as propagandas empresariais e políticas atuais valorizam o desenvolvimento da acumulação de terras e da especulação imobiliária, ou seja, o lado financeiro. Para os turistas são apresentados os condomínios e as casas luxuosas, mas não o processo de desenvolvimento que se deu a partir do sofrimento de diversas famílias. A CESP em seu site afirma que estão “em plena evolução”. Uma evolução capitalista que se deu de forma excludente e seletiva.

5. Águas passadas

Evolução e modernização não são, obrigatoriamente, sinônimos de coisas positivas. Nesse caso, a modernização teve caráter excludente ao promover concentração fundiária e modernização da agricultura. A industrialização do campo substituía as características artesanais afetivas dos trabalhadores rurais para o empreendimento veloz, voraz e ganancioso do mercado. A terra passou a assumir o feitio de meio de produção de mercadorias e de trocas comerciais marcadas por relações clientelistas e individuais (Mezzomo, 2009).

Posterior à implementação da barragem, os peixes diminuíram. O rio de hoje, para quem navegou antes das mudanças socioambientais, “dá impressão de ser outro, um lugar diferente” (Cândido; Pereira, 2022). Hoje os pescadores e ilhéus convivem com alterações que desconhecem. O “novo rio”, com suas diversas alterações, não estabelece o mesmo sentido das relações anteriores. A modernização se fez às custas da exclusão da população que hoje tenta sobreviver da pesca e de atividades de serviços dos novos moradores.

A ecologia que leva em conta as realidades socioambientais, compreendendo o ser humano e a sociedade como parte da natureza, ainda não é efetiva. Um exemplo são as populações tradicionais que foram expulsas de seu habitat natural para favorecer o poder político de grupos econômicos hegemônicos. Os ilhéus que ainda resistem, dedicam-se à agricultura de subsistência e à pesca para sobreviverem (G1/PR e RPC/Noroeste, 2023).



As narrativas de Sara e Cléa lançam luz e permitem entender como alguns sujeitos foram afetados para que interesses exógenos fossem alcançados. As trajetórias de mãe e filha demonstram que seus projetos transitaram e foram negociados com outros projetos individuais ou coletivos, cuja natureza e dinâmica no campo das possibilidades não os elencaram como prioridade. A abordagem da história oral permitiu um olhar a partir da experiência intensa dos sujeitos, que evocam por meio de suas vivências uma representação do passado, permitindo problematizar as dinâmicas inerentes à sociedade complexa. As trajetórias individuais permitem, assim, percorrer os espaços e tempos das relações sociais nas quais elas se inscreveram.

Fonte

CÂNDIDO, Cléa; PEREIRA, Sara. *Entrevista realizada pelo autor. [Transcrição feita por Mariana de Barros Augusto]*. Porto Rico, Paraná, 4 de março de 2022.

Referências

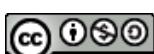
ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 13-31.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, p. 157-172, 2010.

BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

BIFFI, V.H.R.; SOUZA FILHO, E. E. Quantificação da erosão marginal no Arquipélago Mutum: Porto Rico entre 1985 e 2009 por meio das imagens Landsat 5 - TM. *XI Seminário Nacional de Geografia: Geomorfologia: compartimentação de paisagem, processo e dinâmico*, 2016.



BONINI, Altair. Industrialização, urbanização e trabalho nas décadas de 1960 e 1970: a construção do Paraná moderno. In: BATISTA, Roberto Leme (Org.). *Anais do VI Seminário do Trabalho: “Trabalho, Economia e Educação”*. Marília: Editora Gráfica Massoni, 2008, p. 1-15.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hrU14>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CAMPANHARO, L. S. L. O. Impactos sócio-ambientais decorrentes da formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta no Município de Presidente Epitácio/SP. *Enciclopédia Biosfera*, 01, p. 1-42, 2005.

CANIELI, Dulce Elena; MOTTA, Lúcio Tadeu. O Paraná provincial (1853-1889). In: MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). *História do Paraná: pré-história, Colônia e Império*. Maringá: EDUEM, v. 21, 2011, p. 101-142.

CAVAZOTTI, Fábio. *Ilha Mutum: a história dos pescadores sem rio*. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u2pXF5oYHoM>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CRISPIM, Jefferson Queiroz. *Alterações na hidrologia do canal após a construção do reservatório Engenheiro Sérgio Motta (Represa de Porto Primavera) Rio Paraná*. (Dissertação de Mestrado). UEM/Maringá-PR. 2001.

FERREIRA, Jorge. De volta ao público: João Goulart, uma biografia. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 287-298.

FERREIRA, Sílvia Aline Silva Ferreira; CORREIA, Eduardo da Silva; FERREIRA, Lidiane Antônia; PAVANI, João Vitor. Impactos sociais e ambientais da usina hidrelétrica de Porto Primavera a partir do olhar dos sujeitos atingidos. *XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*, 2021.

G1/PR e RPC/Noroeste. Publicado em: 24/01/2023. *Prainhas de Porto Rico desaparecem pela cheia do Rio Paraná após abertura de vertedouro de usina elétrica*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2023/01/24/prainhas-de-porto-rico-desaparecem-pela-cheia-do-rio-parana-apos-abertura-de-vertedouro-de-usina-eletrica.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

HEINZMANN, Clara. *Migração Ambiental: expropriação territorial pela construção da Usina Hidrelétrica de Energia Baixo Iguaçu – Paraná*. Tese (Campus de Marechal Cândido Rondon) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Porto Rico - Paraná. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/porto-rico/panorama>.



LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Ensaios de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016, p. 18-31.

MARTINS, Gelise. As memórias de Braz Ponce Martins e o desbravamento das novas frentes no noroeste e oeste do Paraná (1946-1975). In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo. *História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das Regiões Norte, Noroeste e Oeste do estado*. Toledo: Editora Fasul, 2016, p. 206-240.

MEDEIROS, Mara Glacenir Lemes; BELLINI, Luzia Marta. *Educação Ambiental Científica: desafios para compreender ambientes sob impactos*. Londrina: Eduel, 2001.

MEZZOMO, Frank. *In uno spiritu: bispo e sociedade, Igreja e conflitos sociais*. Assis: Editora Triunfal Gráfica; Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2012.

MEZZOMO, Frank. *Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná*: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.

MEZZOMO, Frank. *Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

NIEHUES, Leandro Garcia. A Industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. *Revista Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v.1, número especial, p. 454-466, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. 2 ed. Curitiba: Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, 2017.

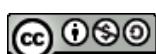
OLIVEIRA, Eduardo Romeiro de. Histórias de vida às margens do rio Paraná. *Revista de História Regional*, v. 13, n. 2, p. 191-220, 2008.

OLIVEIRA, Fernanda Gomes Charão; PFITSCHER, Elisete Dahmer; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique; UHLMANN, Vivian Osmari. ICMS ECOLÓGICO: análise do ICMS ecológico no estado do Paraná. *Revista Educação Ambiental em Ação*, v. 10, n. 38, dez. 2011-jan/2012.

PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. In: PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 209-230.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

REIS, Sebastiana Arruda; BELLINI, Luzia Marta. Ribeirinhos e suas representações sociais de meio ambiente sob impactos de represas na bacia hidrográfica dos rios Paraná/PR e Cuiabá/MT. *Ambiente & Educação*, v. 15, n. 2, p. 155-176, 2010.



ROMPATTO, Maurílio. História e memória da colonização no Noroeste do Paraná: a colônia Paranavaí. In: ROMPATTO, Maurílio. *A Colônia Paranavaí: da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 17-132.

SÁ, Luiz Carlos Tavares. Porto Rico, a questão da terra em sua ocupação humana, dos anos [19]40 aos anos [19]90. In: ROMPATTO, Maurílio; CRESTANI, Leandro de Araújo (Orgs.). *Territorialidades camponesas no noroeste do Paraná*. Cascavel: FAG, 2021, p. 79-88.

SÁ, Luiz Carlos Tavares; TOMANIK, Eduardo Augusto. *Reconstrução histórica da [re]ocupação do Noroeste do Estado do Paraná: versões oficiais e situações vivenciadas*. Maringá: Eduem, 1998.

SANTOS, Cristina; MOLINA, Ana. “Terra fértil, ouro verde”: os folhetos de propaganda da CTNP. Londrina (1930-1950). 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 71-84.

SILVA, Claudinéia Almeida; BELLINI, Luzia Marta. Remanescentes populacionais nas ilhas do rio Paraná: aspectos sociais e econômicos. *Acta Scientiarum: Biological Sciences*, v. 30, n. 2, p. 185-190, 2008.

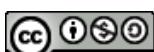
SOUZA, Roberto Martins. *Cartilha de Direitos Humanos Aplicados ao Ilhéus do Rio Paraná: Leis e Artigos que protegem os Ilhéus do Rio Paraná*. Matinhos: IFPR/Paranaguá, 2021, 55f.

THOMPSON, Paul. A entrevista. In: THOMPSON, Paul *A voz do passado: história oral*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 254-278.

TOMANIK, Eduardo Augusto; BERCINI, Luciana Olga; SÁ, Luiz Carlos Tavares de; TOMANIK, Marcela Col. *Representações Sociais, Saúde e História Regional*. Disponível em: http://www.peld.uem.br/Relat2003/pdf/Representacoes_sociais.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024, p. 159-164.

VELHO, Gilberto. Ciências sociais e biografia individual. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3-9, jul./dez. 2006.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 31-48.



VOLPATO, Heriberto. *ICMS - Ecológico: Programa Estadual de Unidades de Conservação*. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade Aprovação. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://faculdadeaprovacao.com.br/artigos/HERIBERTO_VOLPATO_ICMS_Ecológico.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

ZANZARINI, Ronaldo Milani; ROSOLEN, Vânia. *Mata ciliar e nascente no cerrado brasileiro: análise e recuperação ambiental*. Araguari/Minas Gerais, 2007.

